

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)					
ATIVO	Nota	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	2.028.867	1.744.030		
Contas a Receber	06	6.022.719	4.600.563		
Estoques	07	1.219.401	1.421.887		
Adiantamentos		235.904	354.843		
Despesas do Exercício Seguinte		31.707	28.058		
Total do Ativo Circulante		9.538.598	8.149.381		
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Depósitos Judiciais		-	1.371.450		
Total do Realizável a Longo Prazo		-	1.371.450		
Investimentos		8.132.028	8.084.771		
Participações em					
Outras Sociedades	08	7.150.444	7.130.208		
Participações em Fundos	08	80.584	79.563		
Propriedade para					
Investimentos	08.1	901.000	875.000		
Imobilizado	09	15.003.408	15.830.466		
Intangível	10	2.964	3.323		
Total do Ativo Não Circulante		23.138.400	25.290.010		
TOTAL DO ATIVO		32.676.998	33.439.391		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Fundo Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superavit (Déficit) Acumulado	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2016	13.520.520	8.776.159	-	22.296.679
Superávit do Exercício			1.431.035	1.431.035
Resultado Abrangente Total				1.431.035
Realização do custo atribuído ao imobilizado		(36.276)	36.276	-
Incorporação ao Fundo Patrimonial	1.467.311		(1.467.311)	-
Em 31 de dezembro de 2017	14.987.831	8.739.883	-	23.727.714
Superávit do Exercício			482.816	482.816
Resultado Abrangente Total				482.816
Realização do custo atribuído ao imobilizado		(36.276)	36.276	-
Incorporação ao Fundo Patrimonial	519.092		(519.092)	-
Em 31 de dezembro de 2018	15.506.923	8.703.607	-	24.210.530

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
1 – RECEITAS	29.250.108	26.309.996		
1.1) Operacionais com finalidades e atividades meios	28.092.503	26.342.652		
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos - reversão / (constituição)	(37.283)	(441.985)		
1.3) Outras receitas operacionais	1.194.888	409.329		
2 – CUSTOS MATERIAIS/SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	23.907.565	21.224.692		
2.1) Materiais consumidos	9.362.440	9.241.166		
2.2) Custo dos serviços vendidos e de atividades meios	6.749.656	6.181.101		
2.3) Materiais, energia, água, comunicação e outros	1.437.693	1.430.000		
2.4) Serviços de terceiros	6.357.776	4.372.425		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	5.342.543	5.085.304		
3.1) Perdas c/ Recebimento de Serviços	235.833	201.996		
4 – RETENÇÕES	576.037	698.846		
4.1) Depreciação e amortização	576.037	698.846		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	4.766.506	4.386.458		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	22.484.588	22.372.222		
6.1) Receitas financeiras e patrimoniais	177.647	544.245		
6.2) Subvenções	626.471	171.197		
6.3) Doações recebidas	21.680.470	21.656.780		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	27.251.094	26.758.680		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1) Pessoal e encargos	24.895.168	23.292.087		
8.2) Bolsas, Descontos Educacionais e Benefícios	1.235.770	1.239.380		
8.3) Impostos, taxas e contribuições	73.621	97.543		
8.4) Juros, demais despesas financeiras, aluguéis e patrimoniais	563.719	698.635		
8.9) Superávit / (déficit) do exercício	482.816	1.431.035		
9 - TOTAL VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO (igual ao item 7)	27.251.094	26.758.680		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017
Receita Operacional	20	47.472.912	44.260.976		
(-) Custos Operacionais	21	(32.301.729)	(29.710.524)		
Lucro Bruto		15.171.183	14.550.452		
Despesas Operacionais					
Gerais e Administrativas		(14.302.295)	(12.965.027)		
Total das Despesas Operacionais		(14.302.295)	(12.965.027)		
Superávit Antes das Despesas e Receitas Financeiras		868.888	1.585.425		
Despesas Financeiras	22	(563.719)	(698.635)		
Receitas Financeiras	22	177.647	544.245		
Superávit do Exercício		482.816	1.431.035		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO MÉTODO INDIRETO

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Superávit do Exercício	482.816	1.431.035		
Ajustado por:				
Depreciação e Amortização	576.037	698.846		
Valor justo de propriedade para investimento	(26.000)	(30.000)		
Superávit do Exercício Ajustado	1.032.853	2.099.881		
Contas a Receber	(1.422.156)	1.267.481		
Estoques	202.486	42.522		
Adiantamentos	118.939	(178.320)		
Outros Créditos	1.367.801	(15.922)		
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	267.070	1.115.761		
Fornecedores	(489.838)	135.306		
Obrigações Fiscais	13.901	25.776		
Obrigações Sociais	(747.667)	201.426		
Outras Obrigações	(633.156)	(126.171)		
Juros sobre Empréstimos Pagos	(466.166)	(563.983)		
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	(2.322.926)	(327.646)		
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(1.023.003)	2.887.996		
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de Ativos Imobilizados	(908.400)	(3.000.587)		
Baixa de Ativos Imobilizados	1.159.780	1.085.551		
Aquisição de Ativos Intangíveis	-	(3.591)		
Ajuste a Valor Presente	-	-		
Aquisição de Investimento	(21.257)	(33.959)		
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	230.123	(1.952.586)		
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Contratação de Empréstimos	1.666.167	1.616.225		
Amortização de Empréstimos	(588.450)	(1.520.856)		
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	1.077.717	95.369		
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	284.837	1.030.779		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.744.030	713.251		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	2.028.867	1.744.030		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)		
NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS		
A FUNDAÇÃO PRÓ RIM foi instituída em 22 de dezembro de 1987 e tem por objetivo prestar assistência a pessoas com deficiências renais e o desenvolvimento de atividades		

beneficíficas, operando sem fins lucrativos e tendo como receita principal a prestação de serviço.

É uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, certificada como entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, com sede na cidade de Joinville (SC), à Rua Xavier Arp nº 15, no bairro Boa Vista.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Fundação em 22 de março de 2019.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e às entidades sem finalidade de lucros aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, da Lei nº 11.638/07, da Lei nº 11.941/09 e NBC ITG 2002 (R1).

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

CONTÁBEIS

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 Instrumentos Financeiros

A Fundação classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Instrumentos de dívida; e,
- Investimentos em ações.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado. Os investimentos em ações são avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em poder da Fundação e depósitos bancários de livre movimentação.

3.5 Contas a Receber

As contas a receber correspondem aos valores referentes às prestações de serviços de saúde e serviços de educação provenientes no decurso normal das atividades da Fundação.

As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos), quando necessário.

3.6 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.7 Investimentos

Os investimentos em ações são avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

As propriedades para investimento formado por terrenos foram registradas pelo valor justo a partir de 01 de janeiro de 2011.

3.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a respectiva vida útil estimada.

A partir da data de transição as novas práticas contábeis a Fundação efetuou revisão e mudança de estimativa no cálculo da depreciação de seus ativos imobilizados, sendo os efeitos registrados prospectivamente a partir da data dessa revisão. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.9 Intangível

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados.

3.10 Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido perdas ao valor recuperável, são revisados para a análise de uma possível reversão da perda na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.11 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante.

3.12 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar a instituição financeira e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.14 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.15 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Fundação se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- Valor recuperável dos estoques, imobilizados e intangíveis; e,
- Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Fundação.

NOTA 4 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	31/12/2018			31/12/2017		
	Mensurados pelo Valor justo por meio do resultado	Mensurados ao Custo Amortizado	Total	Mensurados pelo Valor justo por meio do resultado	Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.028.867	2.028.867	-	1.744.030	1.744.030
Contas a Receber		6.022.719	6.022.719	-	4.600.653	4.600.653
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	1.371.450	1.371.450
Investimentos em Fundos	80.584	-	80.584	79.563	-	79.563
Total	80.584	8.051.586	8.132.170	79.563	7.716.133	7.795.696

	31/12/2018			31/12/2017		
	Mensurados ao Custo Amortizado	Outros Passivos Financeiros	Total	Mensurados ao Custo Amortizado	Outros Passivos Financeiros	Total
Fornecedores		1.870.633	1.870.633	-	2.360.471	2.360.471
Empréstimos e Financiamentos		3.478.228	3.478.228	-	2.866.677	2.866.677
Total	-	5.348.861	5.348.861	-	5.227.148	5.227.148

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	3.963	6.677
Bancos Conta Movimento	100.423	347.595
Aplicação Financeira	1.924.481	1.389.758
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.028.867	1.744.030

NOTA 6 - CONTAS A RECEBER

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a Receber Serviços de Saúde	5.802.780	4.352.293
Contas a Receber Serviços de Educação	861.165	683.529
Provisão para Perdas	(641.226)	(435.259)
Contas a Receber	6.022.719	4.600.563

Aging List de Contas a Receber	31/12/2018	31/12/2017
Vencidos	2.337.579	1.658.323
A vencer até 90 dias	4.326.366	3.377.499
A vencer de 91 a 180 dias	-	-
A vencer de 181 a 360 dias	-	-
Contas a Receber	6.663.945	5.035.822
Contas a Receber por Tipo de Moeda	31/12/2018	31/12/2017
Reais	6.663.945	5.035.822
Contas a Receber de Clientes	6.663.945	5.035.822
NOTA 07 - ESTOQUES	31/12/2018	31/12/2017
Materiais Clínicos Hospitalares	990.536	1.218.962
Material de Expediente	37.407	41.745
Material de Manutenção	34.922	24.835
Materiais de Higiene e Limpeza	34.741	37.116
Outros Materiais	121.795	99.229
Total dos Estoques	1.219.401	1.421.887

NOTA 09 – IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de Informática	Benfeitorias em Livros	Bens Locados	Bens em Andamento	Total
Taxas anuais de depreciação		2%	4 a 5%	8%	10%	20%	7%	10%		
Em 31 de dezembro de 2016										
Custo	3.423.105	2.931.112	8.304.009	1.808.928	308.900	1.088.878	20.970	407.807	3.069.207	21.362.915
Depreciação Acumulada	-	(907.694)	(3.251.621)	(1.017.328)	(244.301)	(922.965)	(7.045)	(397.954)	-	(6.748.907)
Valor contábil líquido	3.423.105	2.023.418	5.052.388	791.600	64.599	165.913	13.925	9.853	3.069.207	14.614.008
Adições	-	-	1.114.799	500.100	60.112	198.883	5.953	-	1.120.740	3.000.587
Baixas	-	-	(623.515)	(7.655)	-	(490)	-	-	(1.073.445)	(1.705.105)
Depreciação	-	(62.936)	(361.267)	(150.945)	(18.389)	(102.049)	(1.672)	(1.320)	-	(698.578)
Baixas da Depreciação	-	-	613.123	5.941	-	490	-	-	-	619.554
Saldo Final	3.423.105	1.960.482	5.795.528	1.139.041	106.322	262.747	18.206	8.533	3.116.502	15.830.466
Em 31 de dezembro de 2017										
Custo	3.423.105	2.931.112	8.795.293	2.301.373	369.012	1.287.271	26.923	407.807	3.116.502	22.658.398
Depreciação Acumulada	-	(970.630)	(2.999.765)	(1.162.332)	(262.690)	(1.024.524)	(8.717)	(399.274)	-	(6.827.931)
Valor contábil líquido	3.423.105	1.960.482	5.795.528	1.139.041	106.322	262.747	18.206	8.533	3.116.502	15.830.466
Adições	-	-	364.864	346.200	105.154	91.241	942	-	-	908.400
Baixas	-	-	(644.513)	(7.817)	-	(29.930)	-	-	(514.620)	(1.196.880)
Depreciação	-	(49.018)	(260.242)	(156.081)	(18.300)	(89.594)	(1.325)	(1.118)	-	(575.678)
Baixas da Depreciação	-	-	163	7.601	-	29.336	-	-	-	37.100
Saldo Final	3.423.105	1.911.463	5.255.800	1.328.944	193.176	263.800	17.823	7.415	2.601.882	15.003.408
Em 31 de dezembro de 2018										
Custo	3.423.105	2.931.112	8.515.644	2.639.756	474.166	1.348.582	27.865	407.807	2.601.882	22.369.918
Depreciação Acumulada	-	(1.019.649)	(3.259.844)	(1.310.812)	(280.990)	(1.084.782)	(10.042)	(400.392)	-	(7.366.509)
Valor contábil líquido	3.423.105	1.911.463	5.255.800	1.328.944	193.176	263.800	17.823	7.415	2.601.882	15.003.408

O valor de R\$ 575.678 (R\$ 696.578 em 2017) referente à depreciação foi lançado ao resultado na rubrica de "Custos Operacionais".

NOTA 10 - INTANGÍVEL

	Software	Total
Taxas anuais de amortização		
Em 31 de dezembro de 2016		
Custo	348.870	348.870
Depreciação Acumulada	(348.870)	(348.870)
Valor contábil líquido	-	-
Adições	3.591	3.591
Amortização	(268)	(268)
Em 31 de Dezembro de 2017		
Custo	352.461	352.461
Depreciação Acumulada	(349.138)	(349.138)
Valor contábil líquido	3.323	3.323
Custo	352.461	352.461
Depreciação Acumulada	(349.138)	(349.138)
Valor contábil líquido	3.323	3.323
Amortização	(359)	(359)
Em 31 de Dezembro de 2018		
Custo	352.461	352.461
Depreciação Acumulada	(349.497)	(349.497)
Valor contábil líquido	2.964	2.964
Custo	352.461	352.461
Depreciação Acumulada	(349.497)	(349.497)
Valor contábil líquido	2.964	2.964

O valor de R\$ 359 (R\$ 268 em 2017) referente à amortização foi lançado ao resultado na rubrica de "Custos Operacionais".

NOTA 08 - INVESTIMENTOS

	Vida Center Assessoria a Gestão Hospitalar	Outros Investimentos	Total
Em 31 de dezembro de 2016	7.100.001	75.811	7.175.812
Adições	30.207	3.752	33.959
Em 31 de dezembro de 2017	7.130.208	79.563	7.209.771
Adições	20.236	1.021	21.257
Em 31 de dezembro de 2018	7.150.444	80.584	7.231.028

O valor registrado como investimento na empresa Vida Center Assessoria a Gestão Hospitalar, refere-se a um terreno matriculado sob n. 120.505 no 1º Registro de Imóveis de Joinville, que foi transferido do imobilizado da Fundação como investimento inicial nesta empresa com percentual de 100%, que irá construir o novo hospital da Fundação. Em 2018 efetuou-se Adiantamento Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 20.236 (R\$ 30.207 em 2017). Quando a empresa entrar em operação o investimento será avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

08.1 Propriedades para Investimentos

	Terrenos	Total
Saldo Final em 31.12.2016	845.000	845.000
Ajustes ao Valor Justo	30.000	30.000
Saldo Final em 31.12.2017	875.000	875.000
Ajustes ao Valor Justo	26.000	26.000
Saldo Final em 31.12.2018	901.000	901.000

NOTA 11 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Fundação realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por desvalorização. Estes testes são realizados de acordo com a seção 27 do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A Fundação verificou que não existem evidências internas ou externas que os ativos possam ter sofrido perdas por desvalorização.

NOTA 12 – FORNECEDORES

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores Mercado Interno	1.870.633	2.346.090
Parcela Circulante	1.870.633	2.346.090
Fornecedores Mercado Interno (-) AVP Fornecedores	-	18.057
Parcela Não Circulante	-	14.381
Total a Pagar a Fornecedores	1.870.633	2.360.471
Aging List Fornecedores	31/12/2018	31/12/2017
Vencidos	78.934	69.749
A vencer até 30 dias	1.176.108	1.372.783
A vencer de 31 a 60 dias	473.649	601.914
A vencer de 61 a 90 dias	125.301	146.145
A vencer de 91 a 180 dias	8.723	60.636
A vencer de 181 a 360 dias	7.918	94.863
A vencer acima há mais de 360 dias	-	18.057
Contas a Pagar a Fornecedores	1.870.633	2.364.147

NOTA 13 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Circulante			31/12/2018	31/12/2017
Modalidade	Taxa Média	Garantia		
Capital de Giro	18,44% e 12,95% a.a.	Aval	996.369	433.272
Total do Circulante			996.369	433.272
Não Circulante				
Modalidade	Taxa Média	Garantia		
Capital de Giro	18,44% e 12,95% a.a.	Aval	2.481.859	2.433.405
Total do Não Circulante			2.481.859	2.433.405
Total de Empréstimos e Financiamentos			3.478.228	2.866.677

Por Data de Vencimento

		31/12/2018	31/12/2017
Em até 6 meses		626.357	205.600
De 6 meses a 1 ano		370.012	227.672
De 1 a 2 anos		542.137	646.205
De 2 a 3 anos		835.778	766.294
De 3 a 4 anos		941.224	909.843
De 4 a 5 anos		162.720	111.063
Total de Empréstimos e Financiamentos		3.478.228	2.866.677

Por Tipo de Moeda

		31/12/2018	31/12/2017
Reais - R\$		3.478.228	2.866.677
Total de Empréstimos e Financiamentos		3.478.228	2.866.677

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2018	2017
Salários e Ordenados	2.742	8.672
INSS	117.953	119.183
FGTS	192.107	182.244
Contribuição Sindical	230	931
Provisão Férias	2.351.035	2.193.354
Parcela Circulante	2.664.067	2.504.384
PIS sobre a Folha	-	907.350
Parcela não Circulante	-	907.350
Total de Obrigações Sociais	2.664.067	3.411.734

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2018	2017
ISS Retido	5.095	3.647
IRRF Pessoa Física	262.128	246.473
IRRF Pessoa Jurídica	4.799	5.108
Outros Impostos Retidos	27.359	30.252
Total de Obrigações Fiscais	299.381	285.480

NOTA 16 – CONTINGÊNCIAS

A Entidade mantém provisões para contingências cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos. A administração prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2017	40.500	9.500	50.000
Depósitos Judiciais Relacionados	-	-	-
Efeito Líquido	40.500	9.500	50.000
Parcela Não Circulante	40.500	9.500	50.000
Em 31 de dezembro de 2017	40.500	9.500	50.000
Depósitos Judiciais Relacionados	-	-	-
Efeito Líquido	40.500	9.500	50.000
Parcela Não Circulante	40.500	9.500	50.000
Em 31 de dezembro de 2018	40.500	9.500	50.000

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes, no montante de R\$ 270.000 (R\$ 59.400 em 2017), cujo o risco de perda foi avaliado como possível pelos

NOTA 20 - RECEITA DE SERVIÇOS

	31/12/2018				31/12/2017			
	ADM. CENTRAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO	TOTAL	ADM. CENTRAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO	TOTAL
Serviços de Saúde - SUS		22.600.877		22.600.877		20.788.279		20.788.279
Serviços de Saúde - Convênios e Particulares		109.474		109.474		128.483		128.483
Subvenções Federal	626.471			626.471	40.349			40.349
Subvenções Estadual					130.848			130.848
Serviços de Pesquisas		155.954		155.954		225.915		225.915
Serviços de Educação - Cursos Técnicos			4.656.900	4.656.900			4.735.667	4.735.667
Serviços de Educação - não Formal			571.081	571.081			464.308	464.308
Receita de Doações	21.540.897	131.450	8.123	21.680.470	21.554.017	90.000	12.763	21.656.779
Outras Receitas/ (Despesas)	1.071.458	14.275	285.020	1.370.752	636.278	38.864	278.432	953.574
(-) Glosas SUS								
(-) Comissões sobre Contribuições	(2.848.368)			(2.848.368)	(2.637.618)			(2.637.618)
(-) Devoluções	(5.620)		(31.662)	(37.283)	(4.502)		(437.483)	(441.985)
(-) Descontos Incondicionais Ensino			(535.310)	(535.310)			(555.026)	(555.026)
(-) Gratuidades - Bolsas de Estudo			(700.459)	(700.459)			(684.353)	(684.353)
Receitas Operacionais	20.384.838	23.012.029	4.253.692	47.650.559	19.719.372	21.271.541	3.814.308	44.805.221

assessores jurídicos e, portanto, não exigem constituição de provisão.

NOTA 17 - CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEBAS

A Fundação Pró Rim é uma entidade certificada pelo Ministério da Saúde como entidade beneficente, sendo que todos os recursos financeiros por ela gerados são reinvestidos em benefício da sua atividade principal.

A PORTARIA Nº 677, DE 31 DE JULHO DE 2015, publicada no Diário Oficial de União, em 3 de agosto de 2015, na página 136, diário nº. 146, concedeu a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à Fundação Pró Rim, para o período de 5 de fevereiro de 2012 a 4 de fevereiro de 2017.

O artigo 24 da Lei 12.101/2009, que regula a certificação das entidades beneficentes, em seus parágrafos § 1º. e 2º. em síntese dispõe que o pedido de renovação deve ser feito no decorrer dos 360 dias que antecedem sua validade, estendendo sua validade até sua apreciação.

Considerando que a entidade realizou seu pedido de renovação em 26/10/16, seu pedido é tempestivo e seu certificado está válido até decisão do respectivo pedido nos termos da legislação em vigor de acordo com declaração do Ministério da Saúde processo nº 25000.027333/2019-25.

Em 07/02/2019 foi realizada uma consulta acerca do requerimento de Renovação de Certificação Entidade e até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, conforme a certidão de tempestividade do MS de nº7863244.

NOTA 18 - ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, portanto, usufrui da Isenção das Contribuições Sociais de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº8.212/91, sendo que no Exercício de 2018 foi de R\$ 5.578.154 (R\$ 5.331.405 em 2017) conforme percentuais e valores abaixo demonstrados:

RUBRICA	VALOR (R\$)	
	2018	2017
20% sobre folha de salários, autônomos e contribuintes individuais	4.196.268	3.942.717
RAT/SAT	164.968	245.300
Terceiros (5,8% - Saúde)	1.216.918	1.143.388
TOTAL	5.578.154	5.331.405

NOTA 19 - ATIVIDADES BENEFICENTES NA SAÚDE E GRATUIDADES NA EDUCAÇÃO

Por ser uma Entidade mista na forma do artigo 10 do Decreto Federal nº 8.242/2014, com atuação preponderante na área da Saúde, a Fundação comprova sua condição de Certificada da seguinte forma:

i. Saúde.

A Entidade opta em seu requerimento de renovação do CEBAS a condição de atendimento ao SUS no percentual mínimo de 60% e apresenta a documentação exigida pelo Inciso I, do artigo 4º da Portaria GM/MS nº 834/2016. Atua somente com atendimentos ambulatoriais conforme previsto no Artigo 21 da aludida Portaria.

A Fundação atinge 99,90% de atendimentos ao Sistema Único de Saúde - SUS.

TIPOS DE ATENDIMENTOS (Descrição dos serviços prestados)	ANO/EXERCÍCIO: 2018			
	Produção SUS	Produção NÃO SUS	TOTAL	% SUS
Atendimentos Ambulatoriais	230.719	225	230.944	99,90%
Percentual SUS: conforme Inciso I, Art. 4º e Art. 21 da Portaria GM/MS nº 834/2016.				99,90%

ii. Educação.

No que tange a atuação na Educação, a Fundação atende os critérios do artigo 13 da Lei nº 12.101/2009, apresentando a seguinte situação:

DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS CONCEDIDAS

EDUCAÇÃO BÁSICA	2018
Número de alunos matriculados	683
Bolsas integrais Lei nº 12.101/2009	103
Bolsas parciais 50% Lei nº 12.101/2009	39
Benefícios Complementares (Programa de apoio)	0

NOTA 21 – CUSTOS OPERACIONAIS

	2018	2017
Custo do Material Direto	9.362.440	9.241.166
Custo com Pessoal - Operacional Saúde	9.249.946	8.806.467
Custo com Pessoal - Operacional Ensino	2.202.055	2.008.626
Custo com Pessoal - Operacional Pesquisa	107.705	107.722
Custo com Pessoal - Call Center	3.690.174	3.386.336
Manutenção	2.290.360	1.193.563
Serviços Profissionais	1.488.453	1.233.270
Água e Esgoto	630.393	328.978
Combustíveis	91.919	76.282
Energia Elétrica	690.678	604.830
Depreciação	576.037	698.846
Aluguéis / IPTU	1.772.210	1.822.328
Outros Custos Operacionais	149.359	202.110
Total Custos Operacionais	32.301.729	29.710.524

NOTA 22 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Financeiras		
Juros Pagos	(2.424)	(13.900)
Descontos Concedidos	(156)	(169)
Multas	(6.269)	(1.188)
Juros sobre Financiamentos	(466.166)	(563.983)
Outras Despesas Financeiras	(15.305)	(47.216)
Despesa Bancária	(73.399)	(72.179)
Total de Despesas	(563.719)	(698.635)
Receitas Financeiras		
Descontos Obtidos	46.068	54.017
Juros Recebidos	57.496	104.580
Juros de Aplicações Financeiras	55.156	93.111
Outras Receitas Financeiras	18.927	292.537
Total de Receitas	177.647	544.245
Resultado Financeiro	(386.072)	(154.390)

NOTA 23 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	31/12/2018	31/12/2017
Salários	19.691.027	16.548.163
Encargos Sociais	2.006.014	1.987.487
Férias e 13o.Salário	2.227.535	3.451.349
Outros Benefícios	1.282.179	1.305.088
Total	24.895.168	23.292.087
Número de Empregados	568	527

NOTA 24 - COBERTURA DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Cobertura	VIGÊNCIA	
		Início	Vencimento
Compreensivo empresarial	1.200.000	06/05/2018	06/05/2019
Compreensivo empresarial	26.972.000	10/05/2018	10/05/2019
Veículo	150.000	08/09/2018	08/09/2019
Veículo	100.000	12/01/2018	12/01/2019
Veículo	150.000	17/02/2018	17/02/2019
Responsabilidade Civil	5.000.000	30/11/2018	30/11/2019
Total	33.572.000		

A administração da Fundação considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e Mantenedores da

FUNDAÇÃO PRÓ RIM**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da **Fundação Pró Rim** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação Pró Rim** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG2002-R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo

estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG2002-R1). Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2017

As demonstrações financeiras da **Fundação Pró Rim** do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, conforme relatório dos auditores independentes sem modificação em 16 de março de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG2002-R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville (SC), 22 de março de 2019.

ALFREDO HIRATA

Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP

MARTINELLI AUDITORES

CRC (SC) nº 001.132/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Pró Rim reuniu-se no dia 24 de abril 2019, às 17h00min, na sede administrativa, sito a Rua Alexandre Dumas, n.º 50, no Bairro Iririú, em Joinville, com a finalidade de analisar as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018. Tendo constatada a veracidade e exatidão em todos os documentos comprobatórios, e que estão de conformidade com as normas jurídicas e contábeis, são de parecer favorável, portanto aprovando a prestação de contas, de acordo com o que estabelece o art. 25 do Estatuto Social da Fundação Pró Rim.

Joinville, 24 de abril de 2019.

CERES FABIANA FELSKI DA SILVA

ALBERTO JOSÉ DE MATOS NETO

VERA LUCIA DE OLIVEIRA

Presidente

Marcos Alexandre Vieira

CPF 929.622.620-15

Contadora

Aristela dos Reis

CRC/SC 036.504/O-2